

plexa como é a sociedade portuguesa. Uma sociedade «entre-Guevara-e-Bahro», na curiosa caracterização de JMP, por certo para sublinhar o desafio que a «ambiguidade» da sua natureza, simultaneamente periférica e próxima das questões culturais e políticas das sociedades industrializadas, nos propõe.

José Reis

João Bernardo, *O Inimigo Oculto — Ensaio sobre a luta de classes; manifesto anti-ecológico*. Afrontamento, Porto, 1979.

A sociedade contemporânea atravessa uma crise de múltiplos aspectos. Se bem que económica, é-o também de civilização, de valores. As referências do pensamento contemporâneo que serviam de paradigma destruturam-se. Mas é sobretudo a crise económica, isto é, a crise do capitalismo contemporâneo e a questão ecológica que nos importam aqui. Esta crise evidencia-se nos anos 70 e leva a alterações mais ou menos profundas e a situações de agudeza variável nas políticas económicas e sociais com desigual expressão nas várias partes do mundo.

Para fazer face aos diversos problemas emergem movimentos sociais, cuja acção e estrutura saiem fora dos padrões dos movimentos tradicionais, colocando-os em plano secundário. Por sobre as lutas no campo da produção emergem as lutas no domínio da reprodução social. Energia, ambiente, modo de vida, bem-estar, qualidade de vida são os temas dominantes.

Como ver estas lutas sociais?, estes movimentos sociais? Qual a sua relação com o modo de produção capitalista? Com a estrutura de classes e a luta de classes?

A estes temas e a esta problemática dedica João Bernardo o seu livro *O inimigo oculto*.

Ao tratar de uma panorâmica geral da crise económica contemporânea, da sua génese e da situação das lutas sociais no capitalismo de hoje procura fazê-lo ligando as lutas sociais com os elementos característicos do modo de produção capitalista, englobando a sua obra dois aspectos distintos e interligados: um ensaio sobre a luta de classes e um manifesto anti-ecológico.

Da articulação destas denuncia um inimigo, *o inimigo oculto*, donde aliás o título do livro, e que é no seu entender

o movimento ecológico. Esta formulação é fundamentada pelo autor em pressupostos que procura extrair da leitura da realidade social e económica: a união entre classes levada a cabo pelo movimento ecológico, união que toma carácter novo porque as classes perdem a identidade nesse movimento. Caracteriza esta perda de identidade das classes, em especial da classe operária, por o movimento ecológico não ser do seu ponto de vista, transformador da sociedade, isto é revolucionário, e sim um movimento defensor e legitimador da estagnação económica.

Estes temas encontram-se ao longo de cerca de duas centenas de páginas de um texto aliciante, ao mesmo tempo ensaio e manifesto, para utilizar as referências do autor, que merece uma leitura crítica cuidada.

A obra compõe-se de sete capítulos sendo a maioria dedicados à característica sócio-económica do capitalismo e da sua evolução. Os três primeiros tratam, respectivamente, da estrutura de classes do modo de produção capitalista, das formações económicas e sociais e das oposições e uniões entre classes, os inimigos ocultos. O capítulo seguinte traça a história das lutas sociais no desenvolvimento do capitalismo, para nos capítulos quinto e sexto falar da sociedade da abundância e da sua crise, a «crise de 1974». Por fim, ao analisar os movimentos sociais em especial o movimento ecológico, intitula este último capítulo de «o movimento ecológico é hoje o inimigo oculto».

Da leitura do texto ressaltam pois quatro temas principais: o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a estrutura de classes; as crises do capitalismo e as lutas sociais: oposições e alianças que resolveram as crises; a crise da sociedade da abundância; o movimento ecológico como dado novo e aglutinador das lutas sociais.

Vejamos como o autor os articula.

Parte de uma caracterização da estrutura de classes do modo de produção capitalista composta por três classes principais: proletários, burgueses e gestores. A esta caracterização refere-se do seguinte modo: «A oposição do movimento operário ao capitalismo, antagonismo global e inconciliável entre dois modelos de produção e de sociedade, não se resume à luta dos proletários contra os burgueses». Para o autor «os processos de criação e desenvolvimento do proletariado marcam historicamente a ruptura radical do capitalismo relativamente aos modos de produção anteriores» (p. 25). A par do proletariado e da burguesia considera ainda a classe dos gestores «que substancia a integração tecnológica entre as unidades de pro-

dução, as condições gerais de produção», desempenhando «funções predominantemente organizacionais». Pelo que «o capitalismo constitui, em suma, desde a sua origem, uma estrutura social com três classes» (39).

Para a fundamentação desta estrutura de classes caracteriza e traça a evolução do modo de produção capitalista. Por um lado no modo de produção capitalista, o que caracteriza as empresas capitalistas «é o facto de se relacionarem sob o ponto de vista tecnológico requerendo ... um certo número de instituições materiais e sociais, sem as quais seria impossível a actividade produtiva». Por outro é «a dimensão do mercado», já que «enquanto no sistema actual o mercado se expandiu até englobar a totalidade das actividades, nos outros modos de produção só uma reduzida fracção da vida económica passava pelo mercado». Salienta ainda que o capitalismo, sendo o primeiro regime de produção sistemática de mercadorias, pressupõe «uma concorrência pelo aumento da produtividade de que resulta uma integração tecnológica estreita das empresas particulares». Correlativa da integração tecnológica, da expansão do mercado e das formas de produção de bens de consumo, a crescente importância da classe dos gestores é uma das facetas importantes da evolução do modo de produção capitalista.

A divisão do trabalho e os desenvolvimentos do proletariado, da burguesia e dos gestores são ilustrados em diversas páginas do capítulo 1, que insere no contexto da evolução do modo de produção. Em seguida, procura definir como se articulam as classes no modo de produção capitalista: oposições de classe e alianças de classes. «Uma visão dos conflitos sociais no capitalismo que se restrinja ao antagonismo entre o proletariado e a burguesia aparece-nos hoje ultrapassada no tempo» (57-8). Esta formulação leva-o a considerar, como vimos, a existência de «uma tripla luta social no capitalismo» (58-9). Esta tripla luta social é-nos apresentada com vários aspectos entre formas de oposições e alianças distintas conforme a situação concreta. No capítulo IV são-nos ilustradas diversas situações que as lutas sociais no desenvolvimento do capitalismo produziram e as formas de alianças e oposições com que se resolveram as crises.

A situação económica depois da crise de 1929, e sobretudo após a segunda guerra mundial, levou ao desenvolvimento de um crescente mercado de bens de consumo duráveis e portanto à produção de bens desse tipo. Esta expansão do mercado permitiu uma reorganização do sistema capitalista dando origem ao que o autor define como *sociedade da abun-*

dância. «A economia dos países industrializados da esfera da influência norte-americana após a 2.^a guerra mundial ...organiza-se ... em torno do que chamarei sistema de expansão do consumo particular». O papel do Estado e dos gestores é fundamental neste processo.

O autor considera seguidamente que «na vigência deste sistema económico o perfil social que lhe dera origem se modificou e se reestruturou aparecendo novos campos de convergências e esboçando-se novas cisões». Em volta do pólo económico do consumo surgem novas organizações e movimentos, com características peculiares distintas das organizações de classe. «No campo do consumo as diferenças residem numa mera questão de graus, enquanto relativamente ao processo de produção as distinções entre as classes não são quantitativas, são radicais e absolutas» (107). Por isso enquanto no plano da produção «classes diferentes procuram unir-se em movimentos comuns devido a projecções distintas dos interesses de cada uma mas nada havia de gradual na sua união-separação», «não são as classes que se fundem no sistema de expansão do consumo particular, são aspectos da prática de indivíduos decorrentes de classes distintas que encontram nas instituições do consumo um campo comum» (107).

Estes aspectos das novas organizações e movimentos mostram que as lutas sociais já não são essencialmente centrados no homem produtor mas no homem consumidor donde a incompreensão do papel transformador destes movimentos. Segundo os ideólogos triunfantes do novo movimento «de agora em diante teríamos o homem consumidor, a humanidade enquanto fusão de interesses» (110), facto que conduz a posicionamentos ideológicos e políticos diversos. Diversas correntes se alinham conservadoras e revolucionárias, «mas o modelo de equilíbrio é o mesmo» (113). Os ideólogos revolucionários falam de «desaparição do movimento operário, da transformação da sociedade pela pressão das «minorias», dos movimentos «marginais». O autor considera que a confusão está em que «um momento histórico não é um movimento histórico» (114), daí que estes movimentos sociais mistifiquem a questão central do modo de produção capitalista e da sua transformação radical, isto é, «as reivindicações dos consumidores são um elemento integrante da evolução do capitalismo» (117). Este simplismo leva-o a afirmar que «os únicos movimentos que podem constituir o eixo de transformação de toda a sociedade são os que *partem* do local de produção como *objectivo* prioritário» ou seja «é o pólo da produção e não o pólo do consumo o elemento decisivo em todos os mecanis-

mos sociais» (119) minimizando as lutas que se processam no campo da reprodução social. A advertência que faz é esclarecedora. Se reivindicar uma melhoria da qualidade dos produtos «é sem dúvida útil», o capitalismo pode absorver estes movimentos, pois «no fundo só há uma única medida útil que o capitalismo nunca pode satisfazer: o fim da exploração» (121), o fim do próprio capitalismo.

O movimento ecológico assume neste tipo de movimentos um lugar de evidência, pela sua importância e expressão na sociedade contemporânea mas também, para o autor, pela sua capacidade «para fundir esquerdas e direitas». Procura analisar o significado, a expressão e a inserção do movimento ecológico no sistema capitalista, análise esta que o leva a considerar o movimento ecológico como o inimigo oculto. Duas séries de razões a isso o conduzem. Por um lado, o facto de os ecológicos conceberem «cada sistema social como um todo organizado e de as contradições fundamentais no mundo contemporâneo serem «as que opõem o sistema económico à natureza» e de se basearem no «mito do esgotamento da natureza». Por outro, o movimento ecológico não é transformador da sociedade capitalista, porque legitima a estagnação, dilui a classe operária em movimentos que os caracterizam como campos de união entre classes, porque não têm em conta o fim da exploração, fundamento do sistema capitalista.

João Bernardo mostra o significado e o papel da classe dos gestores nesta situação de crise. «A dispersão e a falta de coerência da classe dos gestores na presente crise» é um dos aspectos principais que assinala. Polarizam-se em torno de várias orientações, de diversos matizes em relação à transformação da sociedade, sobressaindo as correntes ecológicas «como via inteiramente nova para a reestruturação do capitalismo» (153). Se bem que admita aceitar as lutas ecológicas particulares, o autor considera o movimento ecológico o inimigo oculto. «A minha crítica [diz], não incide sobre reivindicações isoladas, mas sobre a sua organização sistemática numa concepção global da economia e da sociedade». E considera que «sob o ponto de vista meramente ideológico a ecologia se apresenta como uma defesa do restabelecimento do equilíbrio entre as sociedades humanas e o mundo natural» (15). Ora «falar de equilíbrio e de ruptura de equilíbrio entre a sociedade e a natureza é laborar num mito» já que considera que «não há qualquer equilíbrio natural». Por isso, a ecologia, como ideologia, parte de premissas falsas. Refere ainda, por outro lado, que «a relação do homem com os restantes elementos naturais não é uma relação de «exploração»

já que «as sociedades não se têm limitado a «tirar» elementos da natureza mas, no processo homem-natureza, «põem» igualmente nessa natureza numerosos elementos», pois «a actividade produtora das sociedades consiste tanto na utilização de elementos naturais como na criação de elementos novos» (170). Daí considerar como um mito o esgotamento da natureza.

Considerando que o principal foco das lutas deve ser a produção e não o consumo, atribui ao movimento ecológico um papel mistificador, ao dar azo a movimentos, análogos aos do consumo, que diluem neles indivíduos de classes radicalmente opostos que perdem aí a sua identidade de classe. Por isso «*o inimigo oculto*», por isso um manifesto antiecológico, construído a partir de um ensaio sobre as lutas de classe.

A obra de João Bernardo leva-nos a pôr apenas duas questões de ordem geral, entre muitas pontuais que a sua leitura suscitou. A desvalorização que atribui aos movimentos sociais fora do campo da produção não revelam uma visão «tecnologista», uma crença no «progresso» acrítica, não menos ideológica? Ao não dar conta do valor importante que as lutas sociais no campo da reprodução social, da alteração da vida quotidiana, representam na transformação estrutural do modo de produção capitalista não está a cair numa leitura social de tipo economicista mesmo que de outro sinal?

António Gama